



Retratos de inclusão escolar: a biopolítica em um caso ficcional

Bruna Carla de Carvalho Amaral

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

bruna.carvalho@unesp.br

Palavras chave: inclusão escolar; governamentalidade; biopolítica; dispositivo.

Resumo

Introdução

Os caminhos percorridos nos processos de ensino e aprendizagem inscrevem marcas nos sujeitos que os transpassam. Foi o anseio por explorar alguns desses registros que encorajou a pesquisa de mestrado, agora desdobrada nessa obra, que procurou problematizar as práticas de inclusão escolar a partir de um diálogo com a biopolítica. Esta pesquisa foi fruto de inquietações vivenciadas durante minha trajetória docente. A primeira delas - talvez o elemento disparador para os primeiros questionamentos acerca da inclusão escolar - ocorreu em 2008 em um período de contrato temporário, numa escola estadual, ministrando aulas de História onde se encontrava matriculada, em uma turma sob minha responsabilidade, uma aluna surda. Não era novidade a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), portanto, a presença de um aluno surdo em sala de aula não era motivo de estranhamento. Mas esta experiência me instigou a uma problematização a respeito da formação de professores e da política de inclusão. A formação em licenciatura não ofereceu requisitos que permitissem a comunicação com essa estudante e a escola não possuía tradutor e intérprete em Libras – nota-se que após doze anos a realidade da formação docente e da oferta de intérpretes pouco avançou.

Quase uma década depois, ao cursar uma especialização em Educação Especial e Inclusiva em 2017, como estagiária acompanhei as atividades desenvolvidas pelas profissionais do Atendimento Educacional Especializado – AEE de uma escola de educação infantil, tive acesso ao seu Projeto Político Pedagógico e vivenciei diversos diálogos



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

espontâneos com as profissionais, enquanto circulava por seus espaços. No decorrer dos encontros, foi possível obter um breve diagnóstico, principalmente a partir de conversas com as coordenadoras pedagógicas e com as duas professoras do AEE, à época. Os alunos, caracterizados como pertencentes ao Atendimento Educacional Especializado, dividiam-se em dois grupos: inclusão e Classe Especial. O primeiro frequentava as turmas regulares e contava com o apoio de uma professora especialista, que auxiliava e acompanhava cada criança uma vez por semana nas aulas e desenvolvia com elas atividades específicas na sala de recursos num segundo encontro semanal, no contra turno. O segundo grupo, geralmente composto por crianças com limitações físicas mais severas, frequentava a Classe Especial, sob a responsabilidade da outra profissional de AEE que, por sua vez, desenvolvia com elas atividades em consonância, com as temáticas trabalhadas pela escola ao longo do ano.

O trabalho de observação permitiu acompanhar as atividades da equipe de cuidadoras, os momentos de integração com as demais crianças, o desenvolvimento das atividades pedagógicas, os encontros com os pais na chegada e saída e o processo de alimentação das crianças. Dessa experiência, originou-se uma série de questionamentos que serviram de disparadores iniciais na construção dessa pesquisa, tais como: Quais lacunas ou signos existem na formação do professor regular e do especialista em Educação Especial e em que eles implicam nas práticas educacionais inclusivas? O que levou essa escola a construir um modelo híbrido de inclusão? Quais as contribuições da PNEEPEI para os avanços e entraves no estabelecimento das práticas de inclusão escolar no Brasil?

Tais questionamentos tornaram-se ainda mais latentes, após contato com a literatura acerca da História da Educação Especial no Brasil. O aparente descaso do aparelho gestor estatal com as individualidades dos sujeitos e a forte presença do poder do saber médico na constituição e organização da escola direcionaram o curso inicial da referida pesquisa. Por estas razões, os debates sobre inclusão e biopolítica formaram o caminho teórico escolhido para esta análise. O processo de inclusão parece ter encontrado um meio termo nessa instituição que, mesmo com a implantação da PNEEPEI de 2008, manteve um modelo que mescla a inclusão escolar com a permanência de uma Classe Especial, que inclui excluindo. Os profissionais das turmas regulares demonstravam insegurança para o trabalho com os alunos chamados “de inclusão”. Essas professoras, em sua maioria, pareciam não se sentirem aptas a atuarem em turmas com alunos cuja conduta desviasse da norma. Seus diálogos demonstravam certa



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

apologia da medicalização, com destaque para a busca por laudos e diagnósticos das crianças, com a presença de inferências sobre o uso de fármacos, suas dosagens e seus efeitos. Foi possível perceber, em muitas falas, a busca constante por um elemento externo que solucionasse o problema de não saber como agir com determinados alunos, fosse ele uma medicação, um laudo, ou um professor especialista. Buscamos investigar, genealogicamente, como essa contradição foi construída e de que modo ela é exposta pela presença desses corpos ingovernáveis na escola.

A PNEEPEI abriu as portas das escolas para todas as crianças, garantiu o direito ao acesso, rompeu com certo paradigma da Educação Especial, mas a prática parece não atingir os objetivos propostos pelo documento. Quais relutâncias são evidenciadas pela manutenção de uma Classe Especial, dentro de uma escola, na perspectiva da educação inclusiva? De que modo a Educação Especial e a educação inclusiva fundem-se, ao ponto de levarem o professor regular a não se sentir apto a governar os corpos deficientes? Como analisar essas questões sob a ótica da biopolítica e das lutas transversas desses corpos como novos focos de resistência emergentes na escola durante o período observado?

Ao responder a essas questões, compreendemos as eventuais causas da relutância em admitir a implementação de dispositivos de inclusão no caso analisado; em uma escola de Educação Infantil em 2018; problematizamos, sob a ótica da biopolítica, de que forma as políticas públicas inclusivas, em especial a PNEEPEI de 2008, se relacionam com o campo da Educação Especial e quais características desse campo do saber podem apontar para as causas da contradição assinalada. Para tanto, recorremos a alguns conceitos fundamentais de Foucault como: biopolítica, neoliberalismo, governamentalidade do povo e da população, dispositivo, racismo de Estado e, a partir deles, problematizamos essa política e as práticas escolares. Por fim, examinamos como se materializou essa tensão durante a tentativa de transição entre Educação Especial e inclusão, em algumas escolas, tendo como exemplo um caso ficcional na Educação Infantil, de um município do interior do Estado de São Paulo. Para resguardar os atores da escola com os quais convivemos, optamos por utilizar essa experiência apenas como orientação inspiradora para a construção de um relato literário, com o propósito de ilustrar uma situação ficcional, mas com elementos que tangenciam a realidade.

O caso retratado apresenta um paradigma: uma escola com sistema híbrido de ensino, que nos trouxe, como hipótese de pesquisa, que essas relutâncias em implementar práticas



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

inclusivas estivessem ligadas aos saberes da Educação Especial, os quais buscamos analisar, a partir de certa genealogia desse campo de saber. Pudemos perceber que ele não se desprendeu de suas heranças eugênicas, conservando traços de um paradigma científico, que busca pela correção e homogeneização dos corpos. Compreendemos que ele se desdobrou em alguns focos de relutância organizada e de recusa às políticas inclusivas, mas também, demonstrou-se oriundo da dificuldade intrínseca ao processo e tempo necessários para mudança no paradigma da Educação Especial. Ainda assim, também pudemos observar alguns sinais de resistência a esse modelo de inclusão normalizador, assinalando possíveis caminhos para que se rompa com essas práticas cristalizadas nos ambientes escolares.

Partimos da análise de documentos voltados para a educação inclusiva, que foram contrapostos aos focos de possíveis relutâncias encontradas na escola, no processo de estabelecimento da inclusão escolar. Para isso, elegemos a Política Nacional para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Para contrastá-la, utilizamos de modo ficcional as lembranças subjetivas das vivências, obtidas na experiência de estágio de observação em uma escola de Educação Infantil em 2017, que nos serviu como elemento disparador para a construção de um retrato ficcional, propondo ilustrar um caso paradigmático a ser problematizado. Serviram-nos de inspiração para a construção desse relato literário, tanto as experiências vivenciadas através de diálogos com profissionais da escola e as observações, quanto os registros pessoais dessa experiência, baseados no Projeto Político Pedagógico da instituição, nos prontuários dos alunos da Classe Especial e do semanário dessa turma. As singularidades, presentes no caso esboçado tiveram papel de guia e de fio condutor na busca pelas lacunas geradoras do problema. A partir da descontinuidade, observada no processo de inclusão emergida na resistência dos corpos na escola, pôde-se buscar perceber o lugar dos sujeitos nas relações de poder estabelecidas, naquele momento histórico retratado.

Sob essa perspectiva, buscamos compreender as barreiras existentes na Educação Especial, que atuam como freio no desenvolvimento do processo de inclusão. Paradigmas cristalizados como a busca pelos limites entre normal e anormal e a consequente patologização e tentativa de correção, de tudo que foge à norma foram observados como alguns dos elementos formadores dessas barreiras. A genealogia busca permitir a construção de uma oposição, de modo que seus saberes sejam usados nas lutas atuais, possibilitando novas conduções e respostas ao problema estudado (REVEL, 2005). Desse modo, partimos do retrato proposto, o



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

caso ficcional da escola com o modelo paradigmático que construiu de inclusão, observando-a enquanto fragmento singular da sociedade.

O método genealógico não pretende encontrar as origens das questões anunciadas. Ele busca traçar uma trajetória que traga elementos que permitam compreender melhor o presente, o problema ou momento estudado. Para tanto, retomamos alguns momentos da Educação Especial no Brasil na busca de compreender o cenário político em que esse campo de estudos se forjou e buscamos observar as transformações que sofreu ao longo do século XX. Os anseios da sociedade, dos grupos minoritários, dos dominantes e as legislações caminham paralelamente, nunca em total sintonia, de modo que um impulsiona o outro a modificar-se, dependendo da relação de forças do momento. O recorte do caso literário que buscamos observar apresentou talvez um instante em que a legislação procurou avançar e expandir as práticas de inclusão - momento em que a segregação cristalizada do deficiente, em suas mais diversas categorias, precisou dar lugar à sua inserção plena nos espaços comuns escolares.

Nesse contexto, a PNEEPEI de 2008 rompeu com a responsabilidade exclusiva do professor especialista, pelos alunos vistos como anormais e estendeu a todos os educadores esse papel. Vimos, no caso retratado, a resistência de muitos professores em assumir essa tarefa e a persistência de pais e equipe escolar na manutenção de um modelo, que legalmente deveria estar abolido há uma década. Esse é o aspecto que se evidenciou como um paradigma que, embora circunscrito a uma escolha, espelha uma inquietação, dificuldades e desafios comuns a instituições escolares reais, tanto dessa cidade e estado quanto, provavelmente, de todo o país.

Revel (2005) afirma que a genealogia de Foucault pode ser chamada de anti-ciência. Ela busca pela singularidade dos acontecimentos, a partir da diversidade, do acaso, dos começos e dos acidentes. Pretende ativar saberes locais, desqualificados e não legitimados a fim de desassujeitar os sujeitos históricos. Procuramos, portanto, partir do olhar para a escola hipotética e seu modelo de inclusão híbrido para investigar o que a singularidade desse caso podia nos dizer. De que modo a resistência a uma legislação federal por toda uma equipe escolar e pelos pais foi vista com tamanha naturalidade e aceitação? Apreendemos com a observação dessas condutas inúmeros traços da sociedade em que estão imersos esses sujeitos. O olhar para o caso retratado buscou focá-lo como uma fotografia, figura estática, contextualizada historicamente, com seus atores, fundos e a composição e filtros escolhidos por quem a fotografou. Desse modo, a análise contou com as subjetividades advindas das



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

percepções vivenciadas nesse contato com a escola. A experiência da observação, da interação com as crianças e das trocas com a equipe despertaram questionamentos, sentimentos e reflexões na pesquisadora que se fizeram presentes no texto. Esses retratos, apesar de inspirados na realidade, foram descritos agregados a traços de ficção e à subjetividade da memória.

Buscamos retratar o caso vivenciado na escola e problematizá-lo a partir de algumas ferramentas disponibilizadas por Michel Foucault, que procuramos descrever no primeiro capítulo, a fim de possibilitar que todo leitor tenha pleno acesso às discussões que realizamos.

Cabe-nos destacar que esse trabalho pretendeu problematizar uma experiência vivenciada, que serviu como disparadora de questionamentos que o originaram. Essa situação – o caso observado – nesta ocasião será a reunião de vários casos que ficcionalmente se aglutinam para dar uma sensação de que, ao vermos o singular, estamos diante do comum. Isso significa dizer que esse caso representa concomitantemente uma particularidade e inúmeros cenários que nela possivelmente se igualam ou assemelham-se por todo o território nacional, corroborando o que está prescrito em um dos marcos das políticas inclusivas na educação brasileira, a PNEEPEI de 2008, assim como a contrariando, isto é, se apresentando como a instauração de um conflito.

Considerações finais

A partir de um caso empírico-ficcional, problematizamos as práticas de inclusão escolar buscando tecer uma rede que rastreia na PNEEPEI de 2008, suas aproximações com os signos e saberes da Educação Especial. Para tanto, recorreremos brevemente à historiografia desse campo, observando alguns momentos chave da construção de seus poderes e características fundamentais de seus saberes. Utilizamos parte do arsenal teórico de Michel Foucault para orientar as análises elaboradas ao longo da dissertação que originou esse livro.

O caso proposto foi concebido num espaço-tempo que se pretendia ser momento de passagem para uma concepção mais ampla de inclusão. Apesar de apoiada em ideais de democratização da educação, e de almejar construir espaços e práticas de uma “inclusão radical”, os debates e regulamentações do período não conseguiram conceber uma inclusão sustentada pelo processo de convívio com a diferença. Em sua tentativa de transição de um



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

paradigma excluyente para um estritamente inclusivo, marcada no Brasil pela promulgação da PNEEPEI, não conseguimos afastarmo-nos do modelo científico-biológico no qual se apoiam os saberes da Educação Especial. Assim, as práticas inclusivas mantêm-se, em sua maioria, dentro de uma racionalidade corretiva que procura ajustar os sujeitos à norma, sempre que possível, implicando num processo pelo qual quem é incluído deve, para tanto, muitas vezes, abrir mão de partes de seus modos de existência.

O cenário paradigmático que retratamos para ilustrar a realidade demonstra a relutância dos atores em transpor esse paradigma normativo manifesto pela conservação de uma Classe Especial. Esse caso demonstra que as políticas que legislam sobre a inclusão não implicaram suficientemente em alterações na racionalidade da formação de professores. O corpo social também reluta nessa transição, podemos observar isso na postura de muitos pais que optaram por essa modalidade de ensino para seus filhos naquele momento, consideramos que essa recusa esteja ligada à concepção de um modo de vida neoliberal que acaba por conduzir e limitar as práticas de inclusão a atuarem como um dispositivo de governamentalidade e normatização, a serviço dos interesses do mercado e que, na prática, podem resultar numa espécie de racismo de Estado. Percebemos que, durante essa tentativa de transição, não era consenso entre professores e pesquisadores, o apoio ao modelo de inclusão radical proposto. Essas discordâncias acabaram por se evidenciarem, mais recentemente, no apoio de muitos segmentos, do corpo social e de pesquisadores, a medidas legais que retrocedem os avanços obtidos durante a trajetória das políticas inclusivas - conforme abordamos brevemente os impactos do Decreto 10.502/2020, que restabelece as escolas e classes especiais no território nacional (BRASIL, 2020).

Contudo, essas experiências vivenciadas nas últimas duas décadas ensaiam, a partir de alguns focos de resistência a esse modelo neoliberal de inclusão, possíveis fugas dessa racionalidade corretiva. Os encontros promovidos pela presença e convivência com esses corpos deficientes permitem uma certa ruptura na alienação que nos é imposta, permitindo-nos refletir, a partir de seus modos de vida, na nossa própria existência, potências e fragilidades, trazendo elementos disparadores para outras reflexões e podendo abrir portas para a construção de resistências organizadas ao modo de vida que nos é imposto e para a elaboração de uma concepção de inclusão verdadeiramente apoiada na valorização da diferença, no respeito às



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

**Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para
pensar el sentido de la educación y de la filosofía**

singularidades e que permita dar voz, visibilidad e protagonismo a esses sujeitos que, até então, habitavam as margens.



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifestos dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Massangana, 2010.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. Tensões e contradições na política nacional de inclusão escolar: sobre a SECADI. In: *VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*, Londrina. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI/MEC*. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica-educespecial.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019.
- _____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lex: *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 dez. 1961, Seção 1, p. 11429. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- _____. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Lex: *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 out.2020, Seção 1; p. 6. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul A. O Movimento Higienista como Política Pública: Aspectos Históricos e atuais da Medicalização Escolar no Brasil. *RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional*. Araraquara, v. 21, n. 1, p. 278-295, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9788>>. Acesso em: 19 fev. 2019.



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

**Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para
pensar el sentido de la educación y de la filosofía**

DANELON, Márcio. A infância capturada: escola, governo e disciplina. In: RESENDE, Haroldo (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002a.

_____. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul.; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Ditos & Escritos IV. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *História da Sexualidade: a vontade de saber*, vol.2.13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. 26.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2008a.

_____. *Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JANNUZZI, Gilberta M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

LOPES, Maura C. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153 – 169, maio/ago. 2009.

LOPES, Maura C.; RECH, Tatiana L. Inclusão, biopolítica e educação. *Educação*. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 210-219, maio/ago. 2013.



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

- LÓPEZ, Maximiliano Valério. Estâncias: sobre a transmissão do inapreensível. In: PAGNI, Pedro A.; BUENO, Sinésio F.; GÉLAMO, Rodrigo P. (org.). *Biopolítica, arte de viver e educação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. *Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial*, mar 2011. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, mai/ago., 2010.
- MONARCHA, Carlos. Testes ABC: Origem e desenvolvimento. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXVIII, nº01/08, p. 07-17, 2008.
- NEGRI, Antonio. El monstruo político: vida desnuda y potencia. In: GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín (comps.). *Ensayos sobre biopolítica: excesos de vida: Michel Foucault; Gilles Deleuze; Slavoj Žižek*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- PAGNI, Pedro Angelo. Dez Anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84849, 2019a. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183826>>. Acesso em: 01 out. 2020.
- _____. Resistências ao cotidiano escolar de exceção: o ingovernável, a desobediência e o julgar reflexivo. In: GALLO, Silvio e MENDONÇA, Samuel. *A escola: uma questão pública*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- _____. *Biopolítica, deficiência e educação: outros olhares sobre a inclusão escolar*. São Paulo: Editora Unesp, 2019b.
- _____. Infância, arte de governo pedagógica e cuidado de si. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-123, set/dez., 2010.
- _____. O ingovernável dos corpos e das multidões na escola: formação ética, resistências e alteridade radical. In: RODRIGUES; Allan, C.; BERLE, Simone e KOHAN, Walter O. (Org.). *Filosofia e educação em errância: inventar escola, infâncias do pensar*. Rio de Janeiro: Nefi, 2018.



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

**Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para
pensar el sentido de la educación y de la filosofía**

- RECH, Tatiana L. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. In: FABRIS, Eli T. H.; KLEIN, Rejane R. (Org.). *Inclusão e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SANTOS, Iolanda M.; KLAUS, Viviane. A inclusão e o sujeito empresário de si. In: FABRIS, Eli T. H.; KLEIN, Rejane R. (org.). *Inclusão e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917. Estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do estado. Lex: *Diário Oficial, São Paulo*, 28 dez.1917, p. 5856.
- TINÔCO, Saimonton. *Inclusão escolar: análise de consensos e dissensos entre pesquisadores brasileiros da educação especial*. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Estadual de São Carlos, São Carlos, 2018.
- THOMPSON, Oscar. *Anuário do ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, v. 1, 1917.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Espanha: Salamanca, 1994.
- _____. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO: Jomtien, 1990.
- VALÉRIO, Raphael Guazzelli. *A política é a produção da humanidade: implicações à formação humana a partir do dispositivo da antroponêse e da vida nua*. Tese ((Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências Marília, 2018.